



Seção Temática: Ética e Integridade na Investigação nas Ciências Humanas e Sociais na era da IA

**Ética e integridade acadêmica: desafios e possibilidades do uso de
Inteligência Artificial no processo de editoração científica**

**Ethics and academic integrity: challenges and possibilities in using Artificial
Intelligence in the scientific editorial process**

**Ética e integridad académica: desafíos y posibilidades del uso de la
Inteligencia Artificial en el proceso de edición científica**

Fabiana Rodrigues de Sousa*

<https://orcid.org/0000-0001-9963-0958>

Márcia Aparecida Amador Mascia**

<http://orcid.org/0000-0001-5305-7332>

Karina Carrasqueira***

<https://orcid.org/0000-0002-6699-7814>

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre os desafios e as possibilidades da promoção da ética e da integridade acadêmica no processo de editoração científica em contexto de utilização de Inteligência Artificial (IA). As considerações ora apresentadas foram engendradas a partir das experiências das autoras como editoras de periódico científico da área de Educação e fundamentadas em revisão sistemática da bibliografia produzida sobre o tema. Os resultados das análises desenvolvidas apontam como principais desafios: a) a delimitação de parâmetros éticos quanto ao uso da IA em processos de produção de artigos; b) a problematização quanto à definição de direitos autorais, plágio e responsabilização acerca de decisões automatizadas presentes nos textos; c) a ampliação do debate sobre possibilidades de aprimoramento da avaliação por pares por meio do uso de tecnologias e *plugins* disponíveis nos sistemas de gerenciamento das revistas. O estabelecimento de preceitos éticos e de integridade nos processos de editoração científica exige não apenas a definição de critérios e diretrizes quanto ao uso de IA na produção, revisão e publicação de textos científicos, mas também uma formação crítica de pesquisadores, editores e revisores de periódicos, aliada a um movimento político em direção à problematização do produtivismo e de seus reflexos nefastos na produção e comunicação científica.

Palavras-chave: Editoração científica. Integridade Acadêmica. Inteligência Artificial.

* Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco (USF). E-mail: <fabiana.sante@usf.edu.br>.

** Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco (USF). E-mail: <marcia.mascia@usf.edu.br>.

*** Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco (USF). E-mail: <karina.carrasqueira@usf.edu.br>.

Abstract: This article aims to reflect on the challenges and possibilities of promoting ethics and academic integrity in the scientific editorial process in the context of using Artificial Intelligence (AI). The reflections presented here are based on the authors' experiences as editors of an academic journal in the field of Education and are grounded in a systematic review of the literature on the subject. The analyses point to the following main challenges: a) defining ethical parameters regarding the use of AI in the production of articles; b) addressing issues related to copyright, plagiarism, and accountability for automated decisions within texts; c) broadening the debate on the possibilities of improving peer review through the use of technologies and plugins available in journal management systems. Establishing ethical and integrity principles in the scientific editorial process requires not only defining criteria and guidelines for the use of AI in the production, review, and publication of scientific texts, but also fostering a critical education of researchers, editors, and peer reviewers, combined with a political movement toward questioning the publish-or-perish culture and its harmful effects on scientific production and communication.

Keywords: Scientific editorial process. Academic integrity. Artificial Intelligence.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los desafíos y las posibilidades de promover la ética y la integridad académica en el proceso de edición científica en el contexto del uso de la Inteligencia Artificial (IA). Las consideraciones aquí presentadas se basan en las experiencias de las autoras como editoras de una revista científica en el área de Educación y en una revisión sistemática de la literatura sobre el tema. Los resultados de los análisis realizados señalan como principales desafíos: a) la delimitación de parámetros éticos en relación con el uso de la IA en los procesos de producción de artículos; b) la problematización de la definición de derechos de autor, plagio y responsabilidad sobre decisiones automatizadas presentes en los textos; c) la ampliación del debate sobre las posibilidades de mejorar la evaluación por pares mediante el uso de tecnologías y plugins disponibles en los sistemas de gestión de revistas. El establecimiento de preceptos éticos y de integridad en los procesos de edición científica exige no solo la definición de criterios y directrices para el uso de la IA en la producción, revisión y publicación de artículos científicos, sino también una formación crítica de investigadores, editores y revisores de revistas, junto con un movimiento político orientado a problematizar el productivismo y sus efectos perjudiciales en la producción y comunicación científica.

Palabras clave: Edición científica. Integridad académica. Inteligencia Artificial.

Introdução

A crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) nos processos de produção científica tem transformado significativamente a dinâmica editorial de periódicos acadêmicos. Se, por um lado, a IA oferece ferramentas potentes para automatização, revisão e geração textual, por outro, impõe desafios éticos e epistêmicos que demandam atenção da comunidade científica, sobretudo de pesquisadoras e pesquisadores que compõem o corpo editorial de periódicos científicos. Frente a esse cenário, este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades da promoção da ética e da integridade acadêmica no processo de editoração científica em contexto de ampliação do uso de IA. As considerações ora apresentadas foram engendradas a partir das experiências das autoras como editoras da *Horizontes*, periódico científico brasileiro da área de Educação, e têm como fundamentação uma revisão sistemática da bibliografia produzida sobre o tema.

A revista *Horizontes* dá continuidade à *Revista das Faculdades Franciscanas* (1983-1985), que passou a ser denominada *Revista da Universidade São Francisco* no período de 1983 a 1989. Em 1990, houve uma mudança no nome para *Horizontes: Revista de Ciências Humanas*, denominação que se estendeu até 1995. Em 1996, passou a ser chamada apenas *Horizontes*, nome vigente até hoje. Nos primeiros anos, a *Horizontes* publicou produções vinculadas à linha de História da Educação. Contudo, a partir de 2004, foi assumida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco (USF). A revista passou por várias avaliações, chegando ao quadriênio

2017-2020 com o extrato A2 (Qualis/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes). Assim, pode-se dizer que, em 2025, a *Horizontes* está completando 42 anos.

Durante esses 42 anos, foram muitos os desafios vivenciados pelas equipes editoriais que passaram pela revista. Um deles consistia e, ainda consiste, na busca pelo processo de indexação. Em 2015, o periódico constava em quatro indexadores, chegando em 2023/2024 a estar em 11 indexadores. Outro fator de percalço foi o impacto no fluxo editorial devido à ampliação no volume de artigos protocolados a partir de 2019, em função do novo estrato da revista (Qualis A2), o que demandou a ampliação da equipe de editoras, estando hoje com cinco editoras e 12 editores associados. Também pode ser apontada como desafiadora a organização dos trabalhos internos na plataforma, que migrou para o *Open Journal System* (OJS), culminando na realização de muitas reuniões coletivas e individuais com as editoras e editores associados para atualização do sistema, condição necessária para fazer fluir o trabalho de editoração científica.

No tocante ao sistema OJS, na etapa da submissão do texto ao periódico, o trabalho de editoração tem início com um primeiro desafio: o preenchimento correto e rigoroso dos metadados. Muitos autores e autoras consideram essa etapa meramente técnica, sem perceber que esse ato é fundamental para a análise da questão do plágio e do autoplágio e, portanto, envolve uma dimensão ética e de integridade acadêmica. No âmbito do trabalho editorial da *Horizontes*, identificam-se dois desafios: 1) autores e autoras não atentam para as regras de submissão e, ao preencher os metadados, não o fazem com cuidado e atenção às informações, o que costuma atrasar o trabalho e as etapas posteriores do fluxo editorial; 2) autores e autoras nem sempre submetem o artigo a programas de detecção de plágio e, geralmente, se esquecem de informar se o texto é fruto de pesquisas (dissertações e teses), todavia o índice de similaridade com esses documentos será acusado no programa de detecção de plágio. A ausência dessa informação no ato da submissão acaba por sobrecarregar o trabalho das editoras que fazem a triagem inicial dos artigos, pois estas necessitam entrar em contato com autores e autoras para indagar se o texto protocolado na *Horizontes* é resultado de pesquisa.

Quanto ao processo de avaliação por pares, também se apresenta um grande desafio: encontrar avaliadores com disponibilidade ou com afinidade temática concernente aos artigos. Outro ponto, ainda na etapa de avaliação, é a busca pela garantia da qualidade dos pareceres, pois nem sempre eles apresentam o rigor acadêmico necessário.

Já na etapa final de edição dos textos, após a aprovação dos artigos pelos avaliadores e antes de sua publicação, é demandado um extenso e intenso trabalho editorial que visa garantir a qualidade textual. Assim sendo, é solicitado aos autores e às autoras a revisão do texto aprovado por um profissional certificado e indicado pela equipe editorial da *Horizontes*. Antes da publicação, cada texto submetido à *Horizontes* passa ainda por um trabalho de diagramação.

E quando o processo de editoria parecia estar caminhando, com a equipe editorial se apropriando de estratégias para superar os percalços da editoração científica, um novo desafio despontou, trazendo forte impacto em relação às preocupações éticas, metodológicas e epistemológicas no campo científico: a emergência da Inteligência Artificial Generativa (IAGen), marcada pela popularização do *Generative Pre-trained Transformer* (ChatGPT).

Desafios e possibilidades de editoração e gerenciamento de periódicos no contexto de IA

A editoração de periódicos científicos é uma função de alta relevância para a comunidade acadêmica, uma vez que é por meio do trabalho de editores e editoras desses periódicos que se torna possível garantir que as produções científicas sejam devidamente avaliadas e publicadas. Na

atualidade, editores e editoras de periódicos científicos se deparam com diversos desafios, os quais aludem tanto à carência de financiamento para garantia da sustentabilidade da revista, à dificuldade de adaptação diante de novas tecnologias para submissão, revisão e publicação de textos, às questões envoltas na gestão e na privacidade de dados, às propostas de inovação editorial da chamada Ciência Aberta, bem como aos cuidados que precisam ser tomados no trabalho editorial frente ao advento de novas ferramentas de IA (Schmidt; Mainardes; Vieira, 2024).

Há pouco tempo, a IA estava circunscrita a narrativas de ficção científica como parte de um futuro distante. No entanto, hoje, a IA está tão presente nas atividades cotidianas que, muitas vezes, sequer é percebida. No processo de editoração científica, são diversas as aplicações da IA em periódicos, seja nos sistemas e nas plataformas das revistas, em *softwares* de detecção de plágio e similaridade, em *plugins* para organização de metadados ou métricas de citações, na elaboração e/ou revisão de resumos em diferentes idiomas, dentre outras.

Dessarte, com o intuito de problematizar dificuldades e potencialidades quanto ao uso de IA em processos de editoração científica e de gerenciamento de periódicos, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos produzidos acerca do tema, os quais serão apresentados a seguir. Após analisar o material recuperado, identificaram-se como principais desafios: a) a necessidade de delimitação de parâmetros éticos quanto ao uso da IA em processos de produção de artigos; b) a problematização quanto à definição de direitos autorais, plágio e responsabilização acerca de decisões automatizadas presentes nos textos. E, como potencialidade ao processo de editoração, destaca-se: c) a ampliação do debate sobre as possibilidades de aprimoramento da avaliação por pares por meio do uso de tecnologias e *plugins* disponíveis nos sistemas de gerenciamento das revistas.

Os textos analisados apresentam como convergência a percepção de que o avanço das tecnologias gera impactos imprevisíveis na vida humana, na pesquisa científica e, por conseguinte, no processo de produção e comunicação de conhecimentos. Um bom exemplo consiste na propagação do uso de ferramentas de IAGen, potencializada pela popularização do ChatGPT em 2022, que tem gerado discussões e problematizações acerca de critérios de autoria e coautoria, bem como do que se entende por escrita científica. Salomão Farias (2023) faz uma síntese a respeito dos reflexos da IA na escrita e na pesquisa acadêmicas:

A inteligência artificial (IA) tem o potencial de melhorar significativamente a escrita acadêmica, mas também pode levantar questões éticas importantes. Por um lado, a IA pode ser usada para ajudar os acadêmicos a pesquisar[em] e escrever[em] artigos, dissertações e teses. Os algoritmos de IA podem ser usados para identificar e agrupar fontes relevantes, ou para ajudar a identificar e corrigir erros gramaticais e estilísticos. No entanto, a IA também apresenta desafios éticos importantes. A IA pode ser usada para gerar conteúdo automatizado, o que pode levar a questões de autenticidade e originalidade. Além disso, a IA pode ser usada para manipular resultados de pesquisas, o que pode levar a questões de integridade científica (Farias, 2023, p. 80).

Nesse sentido, observa-se que a ampliação do uso do ChatGPT e da IAGen gera uma demanda maior pela problematização a respeito da ética e da integridade na investigação em Ciências Humanas e Sociais. A importância da integridade na pesquisa e na escrita acadêmica é abordada por Luís Paulo Leopoldo Mercado e Ana Paula Monteiro Rêgo (2023), em artigo publicado na *Horizontes*. O autor e a autora versam sobre o tema das boas práticas na publicação e ressaltam a relevância da educação e da formação para a conduta ética, em um contexto marcado pelo advento de estudos com condutas não éticas que colocam em xeque a integridade da pesquisa. Ancorando-se em uma revisão sistemática da bibliografia produzida sobre esse tema, Mercado e Rêgo (2023) apresentam uma relação de artigos que trazem orientações e diretrizes para a promoção da integridade na etapa da divulgação científica. O autor e a autora concluem que as

principais fragilidades éticas concernentes à publicação de um artigo científico relacionam-se com “[...] a autoria; o plágio e o autoplágio; as submissões simultâneas; as publicações manipuladas (duplicadas, fracionadas, aumentadas e a reciclagem de textos); as citações coercitivas; e os conflitos de interesses na avaliação dos pares e na divulgação científica” (Mercado; Rêgo, 2023, p. 6).

Assim, é pertinente considerar que o uso de IA pode contribuir para o desenvolvimento da escrita acadêmica se forem observados os preceitos éticos e de integridade acadêmica. A esse respeito, Anderson Tedesco e Jacques Ferreira (2023) destacam a correção gramatical automatizada por meio do uso de ferramentas de IA como possibilidade de melhorar a escrita acadêmica. Os autores observam que, com o uso de algoritmos de IA, torna-se possível identificar e corrigir erros gramaticais. Ademais, a IA também pode favorecer a ampliação do universo vocabular, contribuindo com a sugestão de palavras e expressões que podem tornar o texto mais rico. Se bem utilizadas, as ferramentas de IA também podem auxiliar na construção da coesão textual, possibilitando que autores identifiquem redundâncias e inconsistências no texto, favorecendo o processo de revisão do manuscrito. Entretanto, Tedesco e Ferreira (2023) analisam que a utilização da IA na escrita acadêmica também apresenta limites e desafios. Dentre as principais limitações identificadas pelos autores quanto ao uso de ferramentas de IA na escrita acadêmica estão a falta de capacidade de análise crítica e criativa, somada à ausência de sensibilidade cultural.

Embora a IA possa identificar erros gramaticais e [sugerir] palavras, ela não é capaz de avaliar a qualidade do argumento e a originalidade do texto, características fundamentais na escrita acadêmica. Outra limitação da IA na escrita acadêmica é a falta de sensibilidade cultural. A IA é treinada com base em dados e modelos linguísticos, o que pode levar a interpretações equivocadas e inadequadas em contextos culturais diferentes. Isso pode resultar em erros e imprecisões que afetam a qualidade do texto e a compreensão do leitor (Tedesco; Ferreira, 2023, p. 12).

O cenário de emergência da IAGen também é foco das análises de Rafael Sampaio (2023), que destaca a escassez de material em língua portuguesa, problematiza o uso de IAGen na comunicação científica, bem como a ausência de marcos regulatórios por parte das principais agências de fomento brasileiras, como a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Educação (MEC).

A fim de suprir essa lacuna, Sampaio (2023) elabora seu texto tecendo considerações a editores e editoras de revistas científicas quanto ao uso de IAGen, pautando-se em normas e diretrizes internacionais, mas sem perder de vista as especificidades da realidade do campo da pesquisa e da comunicação científica no Sul Global. A primeira recomendação problematizada pelo autor refere-se à questão da produção do texto. Algumas associações ou editoras acadêmicas entendem que as ferramentas de IA devem ser empregadas com a intenção de aperfeiçoamento e melhoria da legibilidade textual, sem prescindir da supervisão, da revisão e da edição humanas.

Embora este seja um campo de discussão em construção, a bibliografia analisada aponta para um certo consenso no que diz respeito ao fato de não considerar o ChatGPT como autor ou coautor de textos e pesquisas, mas sim como ferramenta (Elsevier, 2025). Esse consenso pode variar em função das distintas áreas do conhecimento. Nessa linha de entendimento, Vinícius Vasconcellos (2020) observa que há um movimento em direção ao entendimento de que, para assumir a coautoria de um trabalho científico, é necessário cumprir requisitos básicos de atuação, tais como: “[...] 1) contribuir efetivamente com a pesquisa (a) em sua concepção ou desenvolvimento, e (b) em sua redação e revisão crítica; 2) aprovar a versão final do artigo e concordar com as ideias sustentadas; e 3) responsabilizar-se por garantir a integridade da pesquisa e do artigo em sua integralidade” (Vasconcellos, 2020, p. 19).

Frente ao contexto do uso de IA em *chatbots*, Vasconcellos (2023) conclui que as ferramentas do ChatGPT não são capazes de aprovar a versão final do trabalho, tampouco são aptas a sustentar as ideias apresentadas nos textos produzidos, muito menos a assumir a responsabilidade pela integridade da pesquisa científica. Assim sendo, não podem figurar como coautoras de pesquisa ou de comunicações científicas. Ratificando essa compreensão, Sampaio (2023) aponta que há consenso nas diretrizes internacionais (Cambridge, 2023; Committee on Publication Ethics [COPE], 2023) de que as ferramentas de IAGen não podem assumir autoria ou coautoria de textos e pesquisas, tendo em vista que essa ação “[...] requer a existência de uma pessoa legal e responsável (*accountable*) pelo conteúdo. Logo, IAs são incapazes de assumir responsabilidade moral ou legal pela originalidade, precisão e integridade do trabalho” (Sampaio, 2023).

Abel Meneses (2025) também observa que o uso crescente de IAGen tem fomentado preocupações éticas, metodológicas e epistemológicas no campo científico, já que essas ferramentas são capazes de realizar tarefas como redação, revisão textual e até sugestões metodológicas, mas também apresentam riscos, como a geração de informações imprecisas que são tratadas como “alucinações”. Ressalta-se, assim, outro aspecto ético comum na literatura analisada, que aponta para a necessidade de declaração explícita por parte de pesquisadores e pesquisadoras quanto ao uso de IA em qualquer etapa do processo científico, bem como na divulgação dos resultados:

[...] se a IA for usada para assistência à escrita, tradução ou outra atividade textual ou linguística, isso deverá ser declarado em seção opcional para este fim. Mas, se a IA for usada para coleta de dados, análise, geração de figuras ou qualquer técnica de pesquisa, o autor deverá descrever o protocolo dessa atividade na seção método, podendo atribuir citação e referência completa do modelo de IA empregado (Meneses, 2023, p. 5)

Na mesma direção do trabalho realizado por Sampaio (2023), Meneses (2025) também busca estabelecer diretrizes práticas e éticas para autores, autoras, revisores e revisoras nas diversas etapas da produção acadêmica e apresenta as seguintes recomendações sobre integridade quanto ao uso de ferramentas de IA em comunicações científicas:

- **Autoria:** deve ser explicitado todo uso de IA, seja para escrita, análise de dados ou produção de imagens; devem ser documentados os *prompts* utilizados, cabendo, em última instância, ao autor ou à autora assumir a responsabilidade total pelo conteúdo produzido com auxílio da IA.
- **Revisão por pares:** a IA deve ser usada e declarada na revisão apenas se permitido pela política do periódico; devem ser também explicitados os *prompts* e as interações com a IA de forma transparente.
- **Editoria:** editores e editoras devem incluir nas políticas editoriais orientações claras sobre o uso de IA; alertar autores e autoras sobre possíveis implicações de confidencialidade e reutilização de dados pelos modelos de IA; garantir a integridade do processo editorial, supervisionando revisores e autores quanto às normas sobre uso de IA; e avaliar se o uso da IA compromete a originalidade e a confiabilidade do manuscrito (Meneses, 2025).

O Quadro 1 apresenta uma síntese das diretrizes elaboradas por Meneses (2025).

Quadro 1 – Recomendações sobre integridade na aplicação de IA em comunicações científicas

Recomendações	Autor	Revisor	Editor
Autoria e Colaboração	Responsável pela produção intelectual do manuscrito, de tal modo que a IA não poderá ser incluída na lista de autores.	Responsável por emitir parecer propondo melhorias e recomendando ou não a publicação de um manuscrito. Assume responsabilidade integral por toda aplicação de IA na revisão e a ela nenhuma responsabilidade pode atribuir.	Responsável por declarar no periódico a política editorial e de autoria e colaboração, segundo consenso da comunidade científica de editores de periódicos, além da responsabilidade por toda a política de uso de IA nas submissões consideradas pelo periódico.

Recomendações	Autor	Revisor	Editor
Transparência	Descreve como a IA foi usada na condução do trabalho científico em detalhes suficientes para uma publicação revisada por pares. É necessária uma declaração explícita de aplicação da IA nos procedimentos de pesquisa e comunicação científica, inclusive apresentando o <i>prompt</i> com todas as relações e sequências de <i>prompts</i> secundários empregados na atividade científica. Se nenhuma IA generativa foi usada, deve declarar na carta de apresentação da submissão.	Somente incorporar IA no processo de revisão por pares, quando esta fizer parte da política editorial do periódico. Deverá informar sua aplicação no relatório de revisão por pares no campo confidencial para o editor. Deverá explicar a interação que teve com a IA e quais recomendações foram declaradas pela IA, segundo critérios objetivos de avaliação. Informar ao editor e autor sobre uso da IA. A subjetividade deve ser desencorajada.	Quando incorporar IA no processo editorial, incluindo revisão por pares, esta deve ser declarada de forma inequívoca na política editorial do periódico. Autores que decidem submeter seu manuscrito ao periódico precisam saber que seu manuscrito (integral ou em parte) poderá ser incorporado ao processo de aprendizagem da IA, pois isso poderá ter implicações sobre a confidencialidade e o ineditismo do manuscrito.
Qualidade	A fundamentação científica e a definição das hipóteses da atividade científica com aplicação de IA deve ser inequívoca. Seguir diretrizes de IA disponíveis na rede EQUATOR e proceder o registro inequívoco do protocolo de pesquisa com os respectivos <i>prompts</i> em repositório digital com atribuição de DOI [Digital Object Identifier].	Aplicação de IA deve ser realizada sob supervisão do editor, seguindo diretrizes do periódico e de sociedades de editores para salvaguardar a integridade no processo de revisão por pares.	Estar em estreita sintonia com as regulamentações sobre aplicação da IA e conhecer consensos e dissensos sobre o tema. Ser signatário e aplicar recomendações das sociedades de editores e demais instituições idôneas de referência na atividade científica internacional.
Atribuição	Declarar o nome da IA, modelo, versão, data de aplicação, justificar a pertinência técnica da IA para responder à pergunta de pesquisa e contribuição para a atividade científica.	Declarar o nome da IA, modelo, versão, data de aplicação, serviço e contribuição para a revisão do manuscrito.	Declarar o nome da IA, modelo, versão e excerto do termo de uso da IA, caso a IA tenha potencial de reutilização de informações fornecidas e contribuição para o processo editorial e avanço científico.
Limitações	Informar limitações e os potenciais vieses de aplicação da IA no campo específico “Limitações da Pesquisa” ou na discussão do manuscrito.	Informar potenciais vieses ou recomendações tendenciosas que podem emanar do uso da IA na revisão por pares.	Informar potenciais vieses no processo editorial decorrentes da aplicação de IA em todas as atividades do periódico.
Responsabilidade	Se o autor ocultar a informação sobre o uso de IA e, durante o processo de revisão por pares ou após sua publicação, for constatado que o autor usou IA e não declarou adequadamente, o manuscrito poderá ser desconsiderado para publicação, sofrer retratação ou ter sua publicação e imagem maculadas. O autor que usa IA assume os riscos potenciais de sua escolha. É recomendável compreender os termos de uso de qualquer IA para entender como o conteúdo dos <i>prompts</i> pode ser reutilizado pela IA generativa e pela empresa que a desenvolveu.	Se o revisor ocultar informação sobre a aplicação da IA e isso for identificado nas demais tramitações do processo editorial do manuscrito ou posteriormente, o revisor poderá ser descredenciado e ter sua imagem maculada perante a comunidade científica de revisores e editores. O uso da IA não substitui a avaliação especializada do revisor, nem o isenta da prestação de contas sobre sua avaliação.	O editor tem a responsabilidade de verificar se a IA escolhida tem potencial para uso secundário ou reutilização de informações fornecidas e declarar isso na política editorial do periódico. Se o editor ocultar informações sobre a aplicação de IA no processo editorial, isso poderá prejudicar o ineditismo e a confidencialidade do manuscrito submetido pelo autor, ou ainda resultar em reclamações jurídicas e administrativas por parte de autores e instâncias reguladoras de periódicos.

Fonte: Extraído de Meneses (2025, p. 4), editado para fins de revisão textual e gramatical.

Outra faceta do uso de IA nas publicações científicas se refere ao seu emprego em processos de editoração e avaliação por pares. Frente aos desafios até então apresentados, essa dimensão alude a uma potencialidade quanto ao uso de IA no gerenciamento de periódicos e no processo de editoração científica.

Kousha e Thelwall (2023), em sua revisão, apontam alguns processos em que a IA pode ser usada para facilitar o trabalho de editores e editoras, como: avaliação inicial do manuscrito, identificação de pareceristas mais indicados/as e avaliação dos manuscritos. No processo de avaliação inicial, os autores indicam algumas ferramentas que podem auxiliar ou realizar a verificação de plágio, de uso de IA como autor, de metodologia e estatística, da estrutura do manuscrito em relação ao *template* do periódico e da adequação de citações e referências. Assim, logo na entrada, o manuscrito já passaria por uma avaliação que geralmente é realizada por humanos e que, dependendo do volume de submissões e da disponibilidade da equipe técnica do periódico, pode não ser feita com tanto detalhamento.

Aqui, é necessário salientar que, apesar da crescente utilização de ferramentas de IA por parte de editores e editoras de revistas acadêmicas com o objetivo de detectar plágio ou mesmo uso de IA, essas ferramentas, por si só, não são capazes de definir o que é plágio ou de garantir a detecção de IA, uma vez que tal definição não pode prescindir de uma avaliação humana.

Thiago Lopes *et al.* (2024) observam que, apesar da existência de diversas ferramentas de IA para detecção de plágio, o caminho mais viável para a prevenção ainda consiste em ampliar processos de educação e de conscientização acerca dos valores éticos fundamentais e das práticas de boa conduta em pesquisas e na escrita acadêmica.

Em se tratando dos detectores de uso de IA, Sampaio (2023) desvela que resultados de pesquisas (Liang *et al.*, 2023) tendem a indicar, equivocadamente, que textos produzidos por autores não nativos em inglês são gerados por IA. Sampaio (2023) segue elucidando que nenhum detector de IA pode ser considerado suficientemente confiável para ser usado irrestritamente nesse sentido. As ferramentas de detecção são úteis para indicar valores sobre a possibilidade de um conteúdo ser gerado por IA, mas não se pode deixar de considerar que o valor apontado se configura como uma aproximação, com grande margem de erro.

De acordo com Sampaio (2023), existem duas principais razões que explicam essa ineficiência nas ferramentas para detecção de IA. A primeira delas consiste no desconhecimento acerca de como esses modelos funcionam internamente; a segunda reside no fato de que o investimento se concentra no processo de criação de novos modelos de geração de IA, em detrimento do desenvolvimento de ferramentas que visem à sua detecção.

Quanto ao uso de IA para identificação de pareceristas mais adequados, Kousha e Thelwall (2023) citam algumas ferramentas já desenvolvidas por editores comerciais (como Elsevier e Clarivate) que buscam realizar essa correspondência usando informações de dados de publicação e de pareceres anteriores elaborados por avaliadores e avaliadoras. Nesse sentido, a IA facilitaria o trabalho de editores e editoras, tendo em vista que, na maioria dos periódicos, essas pessoas realizam um trabalho voluntário; ademais, poderia ajudar a minimizar rejeições por parte de avaliadores e avaliadoras que não se sentem confortáveis em avaliar certos temas que fogem ao escopo de sua formação e/ou experiência acadêmica.

Por fim, a questão da avaliação dos manuscritos é a mais controversa. Atualmente, o tipo de avaliação mais bem aceito é a revisão por pares, particularmente a realizada às cegas, na qual o parecerista não sabe quem são os autores do texto. Embora observem que a revisão dos manuscritos por IA já seja um processo em desenvolvimento, Kousha e Thelwall (2023)

argumentam que não há evidências de que a IA possa substituir humanos nesse processo, ao menos por enquanto.

Saad *et al.* (2024) realizaram diversos testes com o ChatGPT (versões 3.5 e 4), comparando pareceres elaborados por humanos na área de estudos clínicos, e verificaram que, com o *prompt* correto, o ChatGPT pode auxiliar a pessoa avaliadora a identificar problemas específicos no texto e a escrever o parecer, tornando o processo de avaliação mais rápido e eficiente. Além disso, como apontam Lin *et al.* (2023), pareceres têm baixa reproduzibilidade, pois cada indivíduo avalia um trabalho a partir de critérios diferentes, o que pode ocasionar casos em que um parecer é favorável e outro desfavorável para o mesmo manuscrito. Nessa perspectiva, o uso de IA poderia tornar as avaliações mais consistentes. Contudo, todos os autores concordam que deixar a decisão final para a IA não parece recomendável ainda, tanto por questões técnicas do processo de desenvolvimento dessas ferramentas quanto por questões éticas de responsabilidade sobre os pareceres.

Em relação ao uso de IA no processo de revisão por pares, parece não haver uma diretriz única. Meneses (2025) comenta que as revistas do grupo Elsevier, por exemplo, permitem que autores façam uso de IAGen, desde que explicitem isso no processo de submissão do manuscrito; no entanto, não permitem que revisores façam uso de IA no processo de avaliação. Essa orientação é decorrente de preocupações com o intuito de garantir a confidencialidade do manuscrito avaliado. De acordo com a política quanto ao uso de IA por parte de revisores do grupo Elsevier, estes não devem carregar parte ou a totalidade do manuscrito em processo de avaliação em qualquer ferramenta de IAGen, considerando que tal ação pode violar a confidencialidade e os direitos de propriedade da Elsevier e/ou dos autores (Elsevier, 2025).

Meneses (2025) relata que a editora *Frontiers* (grupo que conta com 232 periódicos) é, por sua vez, um pouco mais flexível em sua política de *peer review*, na qual se dispõe que as tecnologias de IAGen não devem ser usadas para revisão do conteúdo de um manuscrito submetido à editora nem na tomada de decisões quanto à aceitação ou rejeição de manuscritos. Todavia, possibilitam o uso de tecnologias de IA para a revisão de “[...] estruturas, inconsistências, formatos, diretrizes e demais verificações similares” (Meneses, 2023), levando em consideração que a responsabilidade pela integridade do processo de revisão é uma função humana atribuída exclusivamente a revisores e editores.

Outro documento que intenciona orientar a atuação de autores, pareceristas e editores de periódicos científicos quanto aos critérios do uso de IA na comunicação acadêmico-científica é o Guia da Rede *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), de 2023. Carlos Lopes *et al.* (2025) analisam as medidas estruturadoras do referido documento e apontam seus limites e seus desafios. Os autores elucidam que o Guia SciELO é o “[...] primeiro material brasileiro de uma rede de periódicos que inclui aqueles do Brasil e de outros países, cujo foco na IA constitui um marco nas discussões sobre a incorporação dessa tecnologia na produção e na difusão do conhecimento científico” (Lopes *et al.*, 2025, p. 4).

As medidas estruturadoras do Guia SciELO de 2023 para a integridade científica na comunicação se organizam em quatro categorias, quais sejam: informativa, formativa, preventiva e orientativa, as quais reafirmam a centralidade da autoria humana, bem como da transparência e da rastreabilidade no uso de IA. A abordagem informativa faz alusão ao reconhecimento das ferramentas de IA na redação, revisão e tradução de textos acadêmicos, desde que a utilização seja assentada no princípio da transparência. Na dimensão formativa, destaca-se a necessidade de formação, acesso a ferramentas de detecção de IA e capacitação permanente de editores e pareceristas. No que diz respeito às ações preventivas, encontram-se as práticas de monitoramento, rastreabilidade e acompanhamento das práticas de produção acadêmico-científicas, comumente realizadas por pareceristas por meio do uso de ferramentas que identificam trechos com possível

uso de IA e da análise de tais excertos. Por fim, quanto à dimensão orientativa, situam-se as práticas que visam conscientizar autores e autoras em relação às normas e aos preceitos éticos estabelecidos (Lopes *et al.*, 2025).

O Guia SciELO de 2023 ancora-se em um modelo prescritivo e normativo, com o intuito de delimitar os limites entre o aceitável e o inaceitável nas práticas de produção e comunicação acadêmico-científica. O documento demarca uma relação entre ética e responsabilidade autoral e reforça que somente os seres humanos podem ser autores, pressupondo “[...] uma concepção de autoria com base na responsabilidade pública pelo conhecimento produzido” (Lopes *et al.*, 2025, p. 9).

Frente a esses documentos regulatórios, não há como negar os impactos que o uso de ferramentas de IA causou no processo de editoração científica, muitos dos quais ainda demandam maior problematização e regulação por parte de agências que dispõem sobre as diretrizes que orientam as práticas de pesquisa e de divulgação científica. Todavia, a concretização de práticas de boa conduta acadêmica pautadas em preceitos éticos e na integridade demanda escolhas e posicionamento ético-político por parte de pesquisadores e pesquisadoras, muitos dos quais também atuam como revisores e revisoras de periódicos.

A formação ética do investigador em educação é, sem dúvida, absolutamente central, pois contribui para o desenvolvimento de novas competências éticas que lhe permitirão aprender a lidar com a complexidade dos problemas com que certamente se vai defrontar. Contribui ainda para o estabelecer de boas práticas éticas, bem como encontrar soluções que respeitem e valorizem a integridade e a dignidade da pessoa, dos animais e da terra (Pedro, 2023, p. 15).

Assim, o estabelecimento de preceitos éticos e a promoção da integridade nos processos de editoração científica exigem não apenas a definição de critérios e diretrizes quanto ao uso de IA na produção, revisão e publicação de textos científicos, mas requerem também uma formação crítica de pesquisadores, editores e revisores de periódicos, aliada a um movimento político em direção à problematização do produtivismo e de seus reflexos nefastos na produção e comunicação científica. Produtivismo que tem impelido pesquisadores e pesquisadoras à busca desenfreada por publicar artigos e cumprir metas com a intenção de garantir seus postos de trabalho. Nesse sentido, é importante questionar: por que e para que são produzidos os textos científicos? Faz-se necessário problematizar a emergência do tempo na comunicação científica, como nos convida Thaiane Oliveira (2018), por meio da indagação: “Quanto tempo leva para fazer ciência?”.

Considerações finais

Frente aos desafios e às possibilidades brevemente elencados neste texto, urge a necessidade de que editores e revisores recebam uma formação básica sobre engenharia de *prompts* e curadoria de conteúdo gerado por IA, para garantir maior segurança no processo editorial neste novo cenário que se descontina (Meneses, 2025).

No entanto, ressalta-se, em consonância com Ana Pedro (2023), que a ética e a integridade na formação de pesquisadores – e, aqui, entende-se também de revisores e editores de periódicos – constituem um caminho ainda por se fazer. Embora se reconheça a importância da ampla divulgação de diretrizes e orientações previstas em marcos regulatórios acerca de ética e integridade acadêmica e, notadamente, daquelas que dispõem sobre o processo de editoração científica, considera-se que a garantia de preceitos éticos e da integridade acadêmica é um processo que demanda a formação de pesquisadores e pesquisadoras com vistas à construção de uma cultura ética de integridade na investigação (Pedro, 2023) e na comunicação acadêmico-científica.

Autodeclaração de princípios e procedimentos éticos

Este artigo não apresenta dados de pesquisa com seres humanos, portanto não passou por apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Todavia, foram adotados os princípios éticos recomendados nas produções da Comissão de Ética e Pesquisa e Integridade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), notadamente quanto à autodeclaração de princípios e procedimentos éticos na pesquisa em Educação (Mainardes; Carvalho, 2019). Foram utilizadas ferramentas de IAGen – ChatGPT 5 – para normalização das referências em consonância com o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as diretrizes da revista, bem como para auxílio na tradução do resumo na versão em espanhol, que passou por apreciação de um profissional fluente em língua espanhola. A revisão final e a adequação do texto são de autoria e responsabilidade das autoras.

Referências

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Research publishing ethics guidelines for journals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://assets.ctfassets.net/ulsp6w1o06p0/1d2pgZfZ7xwtIWmziBYGpS/d7e31f360974e0baaacaa090191b070c/2023-Research-Publishing-Ethics-Guidelines-for-Journals.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. Authorship and AI tools. **COPE**, [s. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <https://publicationethics.org/guidance/cope-position/authorship-and-ai-tools>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ELSEVIER. Generative AI policies for journals. **Elsevier**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.elsevier.com/about/policies-and-standards/generative-ai-policies-for-journals>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FARIAS, S. A. de. Pântico na academia! Inteligência artificial na construção de textos científicos com o uso do ChatGPT. **Revista Interdisciplinar de Marketing –RIMAR**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 79-83, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/rimar.v13i1.66865>

KOUSHAN, K.; THELWALL, M. Inteligência artificial para apoiar a publicação e a revisão por pares: um resumo e uma revisão. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 4-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1570>

LIANG, W.; YUKSEKGONUL, M.; MAO, Y.; WU, E.; ZOU, J. GPT detectors are biased against non-native English writers. **Patterns**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 1-4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.patter.2023.100779>

LIN, J.; SONG, J.; ZHOU, Z.; CHEN, Y.; SHI, X. Automated scholarly paper review: concepts, technologies, and challenges. **Information Fusion**, [s. l.], v. 98, art. 101830, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.inffus.2023.101830>

LOPES, C.; GARCIA, A. L.; OLIVEIRA JUNIOR, R. de; SILVA, R. M. da. Ética na comunicação científica: navegando entre princípios e algoritmos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.24849.039>

LOPES, T. B.; COSTA, D. E.; BRACHO, L. A. C.; CARNEIRO, R. dos S. Desafios no combate ao plágio na comunidade científica: perspectivas de experiências editoriais. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 24, n. 82, p. 906-924, jul./set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.24.082.ds04>

MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. M. Autodeclaração de princípios e procedimentos éticos na pesquisa em Educação. In. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ed.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 205-211.

MENESES, A. S. de. Inteligência artificial generativa na comunicação científica: recomendações para autores, revisores e editores. **Revista Técnico-Científica CEJAM**, São Paulo, v. 4, e202540029, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.59229/2764-9806.RTCC.e202540029>

MERCADO, L. P. L.; RÊGO, A. P. M. Integridade na pesquisa: orientações e reflexões para a autoria de manuscritos. **Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 1, e023048, p. 1-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1622>

OLIVEIRA, T. Quanto tempo leva para fazer ciência? A emergência do tempo na comunicação científica. **SciELO em Perspectiva**, [s. l.], 6 jul. 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/07/06/quanto-tempo-leva-para-fazer-ciencia-a-emergencia-do-tempo-na-comunicacao-cientifica/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PEDRO, A. P. da S. S. Ética e integridade na investigação e na formação: percursos de um caminho (ainda) por fazer – o caso português. **Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 1, e023049, p. 1-20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1684>

SAAD, A.; JENKO, N.; ARIYARATNE, S.; BIRCH, N.; IYENGAR, K. P.; DAVIES, A. M.; VAISHYA, R.; BOTCHU, R. Exploring the potential of ChatGPT in the peer review process: an observational study. **Diabetes & Metabolic Syndrome**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 1-5, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2024.102946>

SAMPAIO, R. C. Recomendações iniciais para editores de periódicos científicos sobre o uso de Inteligência Artificial generativa. **Blog DADOS**, [s. l.], 7 fev. 2023. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/recomendacoes-iniciais-para-editores-de-periodicos-cientificos-sobre-o-uso-de-inteligencia-artificial-generativa/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCHMIDT, C.; MAINARDES, J.; VIEIRA, A. M. D. P. Editoração de periódicos científicos em educação: tópicos contemporâneos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 24, n. 82, p. 859-865, jul./set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.24.082.ap01>

TEDESCO, A. L.; FERREIRA, J. de L. Ética e integridade acadêmica na Pós-Graduação em Educação em tempos de Inteligência Artificial. **Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 1, e023032, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1620>

VASCONCELLOS, V. G. Editorial – Autoria e coautoria de trabalhos científicos: discussões sobre critérios para legitimação de coautoria e parâmetros de integridade científica. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 13-26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v6i1.313>

Fabiana Rodrigues de Sousa, Márcia Aparecida Amador Mascia e Karina Carrasqueira

VASCONCELLOS, V. G. Editorial – Inteligência artificial e coautoria de trabalhos científicos: discussões sobre utilização de ChatGPT em pesquisa e redação científicas. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 1047-1057, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v9i3.913>

Recebido em 29/07/2025

Versão corrigida recebida em 31/08/2025

Aceito em 01/09/2025

Publicado online em 23/09/2025